



## **CLASSES MULTISSERIADAS: DESAFIO PARA O GESTOR EDUCACIONAL**

**Belo Horizonte**

**2013**

**MARLUCE OLIVEIRA SANTOS**

**CLASSES MULTISSERIADAS: DESAFIO PARA O GESTOR  
EDUCACIONAL NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador: Alexandre Gomes Soares

**Belo Horizonte**

**2013**

**MARLUCE OLIVEIRA SANTOS**

**MARLUCE OLIVEIRA SANTOS**

**CLASSES MULTISSERIADAS: DESAFIO PARA O GESTOR EDUCACIONAL NA ESCOLA**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.**

---

Prof. Alexandre Gomes Soares (Orientador) - UFMG

---

Prof. Dr. Fernando Fidalgo – UFMG

Belo Horizonte, julho de 2013

## RESUMO

O presente trabalho trata-se da análise crítica sobre o Projeto Político pedagógico da Escola Municipal São Roque, situada na zona rural do Município de Araçuaí. Tendo como objetivos identificar os problemas vivenciados pelo gestor na escola e demonstrar como os desafios relacionados a classes multisseriadas são enfrentados. Sobretudo, a pesquisa bibliográfica foi baseada em textos dos autores Maria Antônia Souza (2012), Carlos Roberto Jamil Cury (2010), Navarro (2004), Sílvio Kaloustian (2005), nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) e outros que serviram de base no desenvolvimento das atividades ao longo do curso. Os autores supracitados refletem sobre o trabalho do gestor educacional frente aos desafios encontrados em relação às classes multisseriadas. A pesquisa de campo analisou os desafios enfrentados pela gestão, no ano anterior a pesquisa e sobre as questões consideradas burocrático-administrativas. Entre os principais desafios constata-se a inexistência da caixa escolar, falta de recursos em geral, rotatividade de professores, entre outros que o mesmo busca meios de superação, mas sem resultados significativos.

Palavras-chave: Multisseriadas, Campo, Desafio, Gestor.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
1- DESENVOLVIMENTO .....	06
1.1. Fundamentação teórica.....	07
1.2. Metodologia .....	10
2. RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	13
REFERÊNCIAS .....	14
ANEXO	
Questionário.....	16
Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque.....	17

## **INTRODUÇÃO**

A presente análise foi baseada no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque. Na construção do Projeto Político Pedagógico da escola, o grupo procurou identificar as suas principais características que são: escola do campo e classes multisseriadas, como forma de demonstrar a sua identidade para o leitor. Ao longo do documento, os autores referenciados como: Oliveira (2010), Azevedo (2010), Souza (2010) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei nº 9.394/1996) evidenciaram a importância e a necessidade da construção e implementação do Projeto Político Pedagógico nas escolas, como elemento importante que faz parte do processo de gestão democrática dentro da instituição.

A escolha do tema da análise crítica Classes multisseriadas: desafio para o gestor educacional na escola tem como finalidade descrever os desafios que o gestor dessas escolas enfrenta no exercício de sua função. Desse modo, levar ao conhecimento do leitor a situação das escolas multisseriadas situadas no campo, onde professores e gestores necessitam de formação adequada para oferecer aos alunos uma educação de qualidade. Assim, a presente análise destaca os seus objetivos:

- Identificar os problemas vivenciados pelo gestor na escola;
- Analisar como os desafios relacionados a classes multisseriadas são enfrentados pelo gestor educacional.

Neste contexto, a pesquisa bibliográfica foi baseada em textos dos autores Maria Antônia Souza (2012), Carlos Roberto Jamil Cury (2010), Navarro (2004), Sílvio Kaloustian (2005) nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002) e outros que serviram de base no desenvolvimento das atividades ao longo do curso. Posteriormente, os resultados obtidos foram analisados sob a luz teórica dos supracitados autores. Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo, ao gestor que atuou nesta escola, no ano anterior, descrevendo os principais desafios enfrentados por ele em sua gestão, que serviram de subsídios para a produção desse trabalho.

## **1- DESENVOLVIMENTO**



A escola é uma instituição, cada qual reconhecida pela sua especificidade, possui a sua história, espaço de preparação do indivíduo para o mercado de trabalho e para a convivência social, como afirma López (2002):

A escola é hoje o único lugar por que passam todos os cidadãos de maneira obrigatória, e as credenciais que ela proporciona se tornam pré-requisitos para que mais tarde eles consigam acesso ao trabalho e a muitos dos benefícios que a sociedade oferece a seus membros. (López, 2002, p.21).

A Escola Municipal São Roque também possui a sua história e funcionando por muito tempo, diversos alunos já se passaram por lá, levando consigo uma bagagem por toda a sua vida. Esta escola está localizada no campo em uma Comunidade denominada São João Setúbal a 16 km da sede do Município de Araçuaí. Foi fundada em 11 de Maio de 1977, que até chegar ao endereço atual, funcionava em uma casa cedida pela comunidade e na Igreja local. Em 1986, os moradores tiveram participação ativa na construção da nova escola, uma vez que foi a realização de um sonho. Sempre esta escola funcionou em classes multisseriadas, atualmente atende 18 alunos do 1º ao 5º ano, distribuídos em duas turmas com um único professor em cada uma delas.

### **1.1- Fundamentação teórica**

De acordo com Rosa (2008) a classe multisseriada é organizada, na maioria das vezes, pelo número reduzido de alunos para cada série, o que a caracteriza como mais do que uma simples classe. Ela representa um tipo de escola que é oferecida a determinada população e remete diretamente a uma reflexão sobre a concepção de educação com que se pretende trabalhar. Para a supracitada autora as classes multisseriadas apresentam não só diferenças, mas também semelhanças e afirma:

Há diferenças quando se consideram as séries idades, sexo, sonhos, as expectativas, as condições financeiras, socioculturais etc. As semelhanças ocorrem pelo desejo dos alunos de terem acesso a um sistema de educação com boa qualidade de ensino; acesso aos meios de comunicação

e conhecimentos; pelos direitos e deveres civis; pela certificação de seu curso. (ROSA, 2008, p.7)

Nestas classes multisseriadas, alunos de idades e níveis educacionais diversos são instruídos por um mesmo professor. Para Souza (2012):

No cenário de concentração da propriedade, somado a migração campo-cidade desencadeada pelos processos de expropriação no campo e de atração para o trabalho nas cidades, emerge o fenômeno político de fechamento e nucleação de escolas. A partir dos anos de 1980, muitas escolas públicas rurais isoladas e unidocentes (estaduais e municipais) foram fechadas sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares. (SOUZA, 2012, p.7).

A nucleação de escolas trouxe melhorias para as comunidades atendidas, como construção ou ampliação de escolas, atendimento até o 9º Ano, investimentos em aquisição de materiais permanentes e pedagógicos. As escolas mais isoladas e de difícil acesso, continuam funcionando, atendendo em turmas multisseriadas, um número bastante reduzido de alunos. Elas são denominadas “Menores”, geralmente o processo de escolha do diretor se dá através de indicação. Segundo Souza (2005) as eleições são fundamentais para o processo de renovação e rotatividade dos quadros dirigentes escolares, evitando assim, que gestores se “perpetuem” no cargo de direção. De modo geral, estas escolas não possuem diretor, supervisor pedagógico e assistente de serviços escolares exclusivos. O atendimento é feito na Secretaria Municipal de Educação, com visitas periódicas às escolas.

Diante dessas considerações iniciais cabe lembrar que para Cury (2010) o termo gestão provém do latim e significa: levar sobre si, carregar, chamar a si, executar, exercer, gerar. Trata-se de *gestatio*, ou seja, gestação isto é: o ato pelo qual se traz dentro de si algo novo e diferente: um novo ente. Ora, o termo gestão tem sua raiz etimológica em *ger* que significa fazer brotar, germinar, fazer nascer.

Ainda nesta fundamentação Navarro (2004) descreve que normalmente o diretor assume o papel de coordenador das atividades gerais da escola e um conjunto de responsabilidades a serem partilhadas com os segmentos da instituição. Há alguns anos, o diretor centralizava em suas mãos a tomada de decisões e pouco partilhava com os outros segmentos.

Mesmo com a divisão de responsabilidades, os gestores de classes multisseriadas ainda enfrentam muitos desafios, por se tratar de escolas que necessitam de atendimento específico, e naturalmente estão situadas em local de difícil acesso, em sua maioria. Percebe-se por meio participação enquanto profissional na escola que os mecanismos da gestão democrática como Conselho Escolar, Associação de Pais e Mestres, Conselho de Classe, entre outras instituições, tem funcionado em favor da escola em todos os âmbitos, contribuindo para amenizar ou solucionar problemas que as escolas enfrentam, visando por sua vez, o bem coletivo.

Cabe salientar que a qualidade da educação depende muito da formação dos profissionais de ensino. Por outro lado Kaloustian (2005) salienta sobre a importância da formação e acrescenta sobre condições de trabalho destes profissionais, como também da sua estabilidade:

[...] é importante que se garanta formação continuada, aos profissionais e também outras condições, tais como estabilidade do corpo docente, o que incide sobre a consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma adequada relação entre o número de professores e o número de alunos, salários condizentes com a importância do trabalho, etc. (KALOUSTIAN, 2005, p. 37).

Neste sentido, verifica-se que a garantia de formação continuada aos profissionais de ensino é de suma importância, no processo ensino aprendizagem. No que diz respeito a classes multisseriadas é necessário que os professores participem de capacitações constantes e possam estar preparados para saber lidar com diversas situações ao mesmo tempo. Esta convivência de alunos de níveis de aprendizagem e idade diferentes é viável para troca de experiências e ajuda mútua nos trabalhos em grupos, desde que o professor possua habilidades e competências para aproveitar o momento para desenvolver atividades apropriadas.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002), no artigo 12 e parágrafo único garante políticas de formação inicial e continuada, habilitação aos professores leigos e aperfeiçoamento permanente dos docentes. O artigo 13 do mesmo documento estabelece que os sistemas de ensino, observarão, no processo de normatização complementar da formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, entre outros o respeito da diversidade, propostas pedagógicas que valorizem, na organização do

ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico.

De acordo com o Projeto base do Programa Escola Ativa (BRASIL, 2010) é preciso enfatizar a necessidade não apenas de formação adequada para o educador, mas de condições de acompanhamento pedagógico às escolas que adotam a organização multisseriada, bem como, a adoção de material didático pedagógico específico. Além disso, um projeto pedagógico que contemple a complexidade implicada nesta forma de organização escolar.

Em se tratando de classes multisseriadas assim, como determina as Diretrizes Operacionais o currículo das escolas do campo deve ser específico. Ao elaborar o Projeto Político Pedagógico deve levar em consideração a especificidade da escola, entre outros, a diversidade cultural, os costumes e o trabalho do homem do campo.

## **1.2- Metodologia**

Para a realização da presente análise foi feita uma leitura minuciosa do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque. O estudo foi baseado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída em 2002. Este documento foi considerado um avanço nas lutas por uma educação do campo igualitária e mais justa. A fundamentação teórica está baseada em textos de autores como Carlos Roberto Jamil Cury (2010), Maria Antônia Souza (2012), Sílvio Kaloustian (2005) e outros que foram utilizados para desenvolver atividades ao longo do curso. Os autores supracitados refletem sobre a necessidade da construção e implementação do Projeto Político Pedagógico nas escolas, como elemento importante que faz parte do processo de gestão democrática dentro da instituição. Como também, sobre as questões consideradas burocrático-administrativas que muitas vezes o gestor as encara como um desafio.

Além dos textos utilizados na fundamentação teórica, utilizou-se também da pesquisa de campo, com a finalidade de conhecer os desafios enfrentados pelo gestor e as soluções encontradas para resolver ou amenizar os problemas relacionados a classes multisseriadas. Para isso foi aplicado um questionário, contendo apenas quatro questões abertas, ao gestor que atuava na referida escola,

no ano anterior a esta pesquisa, que após analisadas serviram de base para as discussões do presente trabalho.

## **2- RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A análise dos dados, por sua vez, foi feita tomando como base a fundamentação teórica apresentada neste trabalho. Em se tratando dos desafios encontrados pelo gestor, a qual Silva (s.d p.1) evidencia: “como gestor na escola ou no sistema de ensino, você sabe dos grandes desafios que precisam ser enfrentados de modo a viabilizar a participação dos diferentes segmentos na organização da escola”.

Neste contexto, o gestor da E.M. São Roque descreve os principais desafios enfrentados no exercício da sua função por dois anos consecutivos, em resposta a um questionário aplicado. Entre eles vale destacar a inexistência da Caixa Escolar. Isto se deve ao fato, em que pequenas escolas não atingem o número suficiente de alunos para sua implantação. Os recursos adquiridos por elas são gerenciados pela prefeitura local que é responsável em licitar, comprar, construir ou reformar e prestar contas do recurso adquirido pelo PDDE. O gestor só tem autonomia em fazer o levantamento dos materiais pedagógicos e permanentes necessários, mas é a prefeitura que decide o que deve, e/ou quando comprar. Devido a esse processo de decisão a escola muitas vezes, fica prejudicada. É preciso que seja descentralizado, ou pelo menos, a prefeitura local dê autonomia ao gestor para que ele possa gerir os recursos financeiros destinados à escola. Segundo Neto (2000), a Caixa Escolar, criada pela resolução nº 001/95, de 13/11/95, se constitui um organismo institucional com a responsabilidade de gerenciar os recursos financeiros destinados à unidade escolar.

O gestor ressalta que em época de chuvas o funcionamento das aulas fica prejudicado, como também prejudica o cumprimento da agenda de visitas à escola. Outro fator prejudicial é a falta de motorista e/ou veículo à disposição do gestor. Assim, muitas visitas ficam pendentes, impossibilitando a realização do seu trabalho e a entrega de material didático e pedagógico. Para tentar amenizar a situação o

gestor procura outros meios para realização das visitas, faz uso de “caronas”, mas mesmo assim, o trabalho fica a desejar.

Outro desafio é a rotatividade no quadro de professores, as escolas consideradas menores não possuem vagas para a efetivação de professores, sendo previsto o fechamento ou nucleação a qualquer momento. Normalmente os professores que ocupam estas vagas, são designados ou nem possuem a habilitação necessária, como é o caso dos leigos. Outros começam a trabalhar e logo desistem diante das dificuldades relacionadas a escolas do campo, como falta de transporte, água, má conservação de estradas, alojamento e até mesmo por não conseguir dominar uma classe multisseriada. Estes professores têm o acompanhamento de um supervisor pedagógico na Secretaria Municipal de Educação, nos encontros destinados a planejamento e capacitações, mas ainda é muito pouco diante do despreparo e dificuldades de muitos.

Desde 1997, o governo federal implementou o Programa Escola Ativa para atender especificamente as classes multisseriadas do campo, muitos municípios aderiram ao programa por meio do Plano de Ação Articulada (PAR). De acordo com Knijnik (2013) ele abrange um conjunto de ações que envolvem a produção de materiais para alunos e professores, a promoção de cursos de formação continuada aos docentes e a implementação, em cada município participante, de um microcentro que oportunize a criação de grupo de estudos.

Em 2012, os professores da Escola Municipal São Roque, entre outras do município participaram das capacitações do programa com apoio da Secretaria Municipal de Educação. Muitos professores foram capacitados pelo programa, mas atualmente não estão trabalhando com turmas multisseriadas. Percebe-se que investimentos do governo são sempre bem vindos, mas muitas vezes não atingem os objetivos propostos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, o tema escolhido Classes multisseriadas: desafio para o gestor educacional na escola tem como foco principal a escola do campo e classes multisseriadas, levando em consideração os desafios que o gestor dessas escolas enfrenta no exercício de sua função. Constata-se pela fundamentação teórica e análise de dados que o gestor educacional da Escola Municipal São Roque conviveu por dois anos, com a inexistência de caixa escolar, falta de recursos de modo geral, rotatividade de professores, sendo que esses problemas ocasionaram transtornos e prejudicaram o processo de ensino aprendizagem. Conclui-se que a procura de alternativas para amenizar ou solucionar os problemas surgidos ao longo do tempo, não foram significativos.

Nota-se que as escolas do campo com classes multisseriadas precisam de atendimento especial, por parte dos governos. É necessário, maiores investimentos na formação continuada de professores estáveis, oferecer melhores condições de trabalho aos profissionais de ensino, facilitar o acesso às escolas com manutenção de estradas e transporte, melhorar o abastecimento de água, implementar políticas públicas para assegurar os agricultores familiares no campo e soluções para os mais diversos problemas que atingem as escolas e conseqüentemente a todos que a ela fazem parte, sejam encontradas.

Encerra-se esta reflexão a cerca dos problemas relacionados a gestão educacional e classes multisseriadas, com desejo que outros cursistas sintam inspirados e venham realizar novas pesquisas sobre a realidade dessas escolas, explorando este e outros aspectos que contribuam para a garantia de uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Projeto Base/ - Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada. **Alfabetização e Diversidade**. 2010.44 p.: Il.—(Programa Escola Ativa)

BRITO, Silvia Milena G. **Classes multisseriadas: relato de experiências**. 2011. Disponível em: <http://educampoparaense.eform.net.br/revistamare/> Acesso em 25-06-2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola**. 2010. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-05-2013.

KALOUSTIAN, Sílvio (org.); MASAGÃO, Vera. **Indicadores da qualidade na educação** - Versão adaptada para o programa Escola de Gestores da Educação Básica - Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005. 60p.

KNIJNIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda. **Programa Escola Ativa, escolas multisseriadas do campo e educação matemática**. (2013). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a14.pdf>. Acesso em 25-06-2013.

LÓPEZ, Jaume Sarramona. **Educação na família e na escola**. São Paulo: Loyola, 2002.

NAVARRO, Ignez Pinto. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos escolares**, vol, 5.p 51.2004. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15-05-2013.

NETO, Antônio Cabral; ALMEIDA, Maria Doninha de. **Educação e Gestão Descentralizada: Conselho Diretor, Caixa Escolar, Projeto Político pedagógico**. Em aberto, Brasília, v.17, n 72, p.35-46, fev/jun 2000. Disponível <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 15-05-2013.

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque. 2013

ROSA, Ana Cristina Silva da. **Classes multisseriadas: desafios e possibilidades**. 2008. Educação & Linguagem • ano 11 • n. 18 • 222-237, jul.-dez. 2008

SILVA, Marcelo Soares Pereira da. **O gestor escolar frente o desafio da participação no planejamento do trabalho escolar: dimensões e**



**significados.**(s.d). Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-05-2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** 2005. Disponível em: <moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 15-05-2013.

SOUZA, Maria Antônia, **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012. Disponível em:<http://www.cedes.unicamp.br.> Acesso em 12-05-2013.

## **QUESTIONÁRIO**

### **Questão 1**

Como é o processo de escolha para o cargo de gestor educacional, na Escola Municipal São Roque?

### **Questão 2**

Há quanto tempo exerceu a função de gestor nesta escola?

### **Questão 3**

Quais os principais problemas relacionados a classes multisseriadas vivenciados no exercício da função?

### **Questão 4**

Quais foram os meios utilizados para enfrentar estes desafios?



**ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**MARLUCE OLIVEIRA SANTOS**

**VALDETE ALVES DE PASSOS**

**ALMENARA, 2013**



escola de **gestores**  
da educação básica

## **ESCOLA MUNICIPAL SÃO ROQUE**

### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Denise França Stehling do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**ALMENARA, 2013**



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	03
1. FINALIDADES DA EDUCAÇÃO .....	04
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL .....	06
2.1. Estrutura Organizacional Administrativa .....	06
2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica .....	07
3. CURRÍCULO .....	08
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES .....	10
5. PROCESSOS DE DECISÃO .....	12
6. RELAÇÕES DE TRABALHO .....	13
7. AVALIAÇÃO .....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	17
REFERÊNCIAS .....	19

## INTRODUÇÃO

Hoje se tem discutido muito sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, levando em consideração a participação democrática. A Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei nº 9.394/1996) determinou que, dentre as incumbências dos sistemas públicos, estes deveriam definir as normas da gestão democrática do ensino básico, com a garantia da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola, da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. Segundo Azevedo (2010), as escolas foram estimuladas pelo governo Fernando Henrique Cardoso a criar o seu Projeto Pedagógico e acrescenta:

O processo de construção e implementação do projeto político pedagógico, como instrumento de gestão democrática, para não cair num vazio, não pode prescindir da participação ativa dos atores locais; a comunidade escolar, através de práticas que considerem e se adaptem às especificidades de cada escola e à sua cultura, manifestas nos ritos e práticas dantes mencionados e na consideração da origem dos mesmos (AZEVEDO, 2010, p.2)

Neste sentido, é necessário que a construção ou implementação do PPP, seja feita com a participação de todos, devido às transformações econômicas, políticas e culturais, respeitando as especificidades de cada escola. Diante disso, o presente documento apresenta o histórico da Escola Municipal São Roque.

A Escola Municipal São Roque está localizada na zona rural, Comunidade denominada São João Setubal a 16 km da sede do Município de Araçuaí. Fundada em 11 de Maio de 1977, recebeu esse nome em homenagem ao Santo, permanecendo com o mesmo nome desde sua fundação. Até chegar ao endereço atual, funcionava em uma casa cedida pela comunidade e também na Igreja local. Em 1986, os moradores tiveram participação ativa na construção da nova escola, uma vez que foi a realização de um sonho.

Contudo, os alunos são filhos de agricultores familiares, que muitas vezes devido à seca e a falta de emprego, são obrigados a migrar para outras regiões, deixando a responsabilidade dos filhos para mães ou avós. As famílias são pessoas simples do campo, algumas analfabetas, mas que preocupam em dar uma boa educação aos seus filhos. A escola atende 18 alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, turno matutino, distribuídos entre dois professores, por ser número reduzido de alunos, atendidos em turmas multisseriadas. Souza, (2012) afirma que

no cenário de concentração da propriedade e a migração campo-cidade, devido os processos de expropriação no campo e de atração para o trabalho nas cidades, surgiu o fechamento e nucleação de escolas, sob a alegação de que o número de alunos não era suficiente para a manutenção das turmas e classes escolares.

Por fim, o Projeto Político Pedagógico da escola visa uma educação voltada para o mundo das descobertas, compartilhando junto à equipe de educadores que sonha em realizar uma educação de qualidade, tendo como objetivo possibilitar a construção da identidade do aluno a partir das relações socioculturais, de forma autêntica, consciente e contextualizada.

É alicerçado nos princípios normativos da legislação vigente, sem esquecer o compromisso com a busca de uma educação mais igualitária e mais justa oferecida a todos os alunos contribuindo, decisivamente, para a melhoria da qualidade de atendimento educacional. De acordo com Oliveira (2010) o PPP da escola, deve ser o seu retrato, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Deve expressar o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. Para Souza (2010), também, o planejamento da escola se concretiza pela elaboração de seu Projeto Político pedagógico.

## **1 - FINALIDADES DA ESCOLA**

Na sociedade moderna, dado a urbanização, às mudanças tecnológicas, é necessário adequar às mudanças ocorridas, definir os objetivos atuais e as finalidades, conforme o contexto em que a escola esteja inserida. De acordo com Kaloustian (2005), todos os profissionais da escola são importantes para a realização dos objetivos do projeto pedagógico. A Escola Municipal São Roque busca formar alunos capazes de conviver em sociedade, cumprindo os seus deveres, como também respeitando os direitos do seu semelhante. Adaptar às mudanças atuais, sendo também autores de novas descobertas. Preparar alunos para enfrentar os problemas sociais do dia a dia, decorrido das profundas transformações do mundo globalizado e assegurar a todas as crianças da comunidade local, em idade escolar, o direito a uma educação de qualidade, conforme metas e finalidades estabelecidas pelo sistema de ensino. Neste sentido, Dourado (2010, p.3) afirma que:

Mesmo na educação formal, que ocorre por intermédio de instituições educativas, a exemplo das escolas de educação básica, são diversas as finalidades educacionais estabelecidas, assim como são distintos os princípios que orientam o processo ensino-aprendizagem, pois cada país, com sua trajetória histórico-cultural e com o seu projeto de nação, estabelece diretrizes e bases para o seu sistema educacional (DOURADO, 2010, p. 3).

De modo geral, ao construir o seu projeto pedagógico cada escola também estabelece as suas finalidades. No entanto, a dimensão pedagógica deve ser identificada como prioridade, de forma a garantir a qualidade de um processo educativo sintonizado com as demandas e as necessidades das próximas décadas. Sendo assim, constitui resultado de uma construção coletiva, democrática e contínua, com o compromisso de todos na busca da qualidade.

A referida escola propõe uma educação de qualidade voltada para atender às necessidades da população rural em idade escolar, estimulando a busca de alternativas para a arte de educar, propondo força de caráter, respeito, integração e inovação. Tendo como princípio básico trabalhar em parceria com o colegiado, comunidade e entidades visando programas e projetos de melhoria da qualidade do ensino aprendizagem. O compromisso maior é com a formação humana e transformadora, priorizando o conhecimento e o senso comum, para que surjam alunos críticos e de participação ativa nas comunidades. Como também o de envolver a família no dia a dia da escola, para que a mesma participe e tome conhecimento da importância da educação dos seus filhos. Dourado (2010) reconhece que o meio familiar influencia na vida escolar do aluno e acrescenta:

De modo geral, pode-se afirmar que o nível de renda, o acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet, a escolarização dos pais, os hábitos de leitura dos pais, o ambiente familiar, a participação dos pais na vida escolar do aluno, a imagem de sucesso ou fracasso projetada no estudante, as atividades extracurriculares, dentre outras, interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos (DOURADO, 2010, p. 13)

Neste contexto as especificidades das escolas situadas no campo, precisam ser levadas em consideração, em todos os aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, conforme o artigo 5º da Lei de Diretrizes e Bases (LDB - Lei nº 9.394/1996). As concepções que orientam o processo de ensino aprendizagem da Escola Municipal São Roque resumem-se em concepções de mundo, de sociedade, de educação, de educação do campo, de inclusão e de



cultura. As escolas situadas no campo necessitam de atendimento diferenciado, por atender grupos de alunos específicos. A maioria são turmas multisseriadas, faltam transporte escolar, água, material didático e muitas vezes até a merenda.

A escola estabelece como finalidade da educação a formação das competências básicas como meio de efetivação da cidadania em suas múltiplas facetas, a construção da identidade cultural, o desenvolvimento da consciência moral e a preparação para o mundo do trabalho. De modo geral, buscam criar condições que garantam a todos o desenvolvimento das capacidades e aprendizagem de conteúdos necessários à vida em sociedade.

## **2 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Segundo o dicionário Aurélio a palavra “estrutura” quer dizer aquilo que é, ou foi construído. No entanto, em uma escola também a sua estrutura organizacional administrativa e pedagógica precisam ser construídas em bases sólidas. Dada a sua importância, apresentamos a seguir:

### **2.1. Estrutura Organizacional Administrativa**

A escola foi construída há quase trinta anos, mas ainda possui infra-estrutura adequada básica para o desenvolvimento das atividades pedagógicas. Contudo, não está adaptada para deficientes físicos e está necessitando de alguns reparos. A escola é composta de duas salas de aula, dois banheiros e uma cantina, está situada numa área natural com espaço para recreação. Essa área é aberta à comunidade para cultos e festividades. Como não possui biblioteca, na sala de aula, foi organizado um cantinho de leitura. O próprio pátio é destinado ao desenvolvimento de atividades físicas.

Quanto aos recursos físicos, as salas de aula contam com carteiras, mesa para o professor, armários de aço para organização dos materiais pedagógicos. No entanto, faltam recursos úteis como computadores, datashow, aparelho de DVD, televisão, ventiladores e cortinas. A escola não está conectada à internet e também não possui laboratório de informática. Enfim, os equipamentos e mobiliários, são o mínimo necessário pertinente ao nível de ensino ofertado.

Os recursos financeiros destinados à escola são gerenciados pela Prefeitura que é responsável por licitar, comprar e prestar contas do recurso adquirido pelo PDDE. Portanto a escola não tem gerenciado recursos e por isso, não tem uma caixa escolar.

Em seu quadro de profissionais, atuando na própria escola, há duas professoras, ambas contratadas e graduadas em Pedagogia, uma servente escolar efetiva que cuida da limpeza e da preparação dos alimentos. Ainda conta com o apoio dos gestores da Secretaria Municipal de Educação, diretor, pedagogo, nutricionista, assistente de serviços escolares, todos habilitados em Curso Superior na área. Para Cury (2010), em qualquer circunstância, a qualidade supõe profissionais de ensino com sólida formação básica, seja educação continuada, presencial ou à distância.

Em 2012, os professores participaram de Cursos de Aperfeiçoamento a distância, como educação inclusiva, Educação e Saúde, Educação Indígena e outros. A Superintendência Regional de Ensino promoveu capacitações juntamente com a Secretaria Municipal de Educação. A última também promoveu Seminários de Educação Inclusiva e Capacitações do Programa Escola Ativa. Em 2013, foi implantado o PACTO - Programa Alfabetizando no tempo certo, em fase inicial, já promoveu capacitações para os professores dos Anos Iniciais.

## **2.2. Estrutura Organizacional Pedagógica**

A educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988. Segundo Cury (2010), por este direito ser garantido por lei, a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. Dessa forma a E.M. São Roque busca a efetivação desse direito, garantindo a todos os alunos que completam seis anos de idade até 31 de março a se matricular no 1º Ano do Ensino Fundamental e assim sucessivamente. Por se tratar de classe multisseriada, o número máximo de alunos atendidos por cada turma é de aproximadamente 10 alunos, que são agrupados em uma turma do 1º e 2º ano e outra do 3º, 4º e 5º ano e atendidos por duas professoras que são responsáveis por todos os conteúdos, em cada turma de alunos.

Os encontros pedagógicos para elaboração do planejamento acontecem bimestralmente, contam com a participação do diretor, pedagogo e todos os professores das escolas denominadas “Menores” que são localizadas no campo, com turmas multisseriadas dos anos iniciais. As discussões coletivas se baseiam no cotidiano da sala de aula e buscam trabalhar as dificuldades encontradas no dia a dia. Depois os grupos de professores são divididos por escola e sob orientação da pedagoga, cada qual elabora o seu planejamento, de acordo com o CEALE - Centro de alfabetização, Leitura e Escrita e com as Matrizes Curriculares do PIP (Programa de Intervenção Pedagógica).

As professoras trocam experiências entre si, discutem sobre assuntos relacionados ao cotidiano escolar, sobre o processo ensino aprendizagem, nos encontros e em finais de semana. Dessa forma as reuniões acontecem casualmente, ou conforme a necessidade, sem definição de um calendário de reuniões internas. Cada qual elabora o seu planejamento semanal ou diário. Entre elas existe a troca de atividades, de material pedagógico, onde cada qual segue seu planejamento elaborado e a realidade/perfil de cada turma.

A pedagoga e diretora atuam na Secretaria Municipal de Educação atendem aos professores na secretaria, como também fazem visitas à escola e comunidade. Por ser também responsáveis por mais dezoito escolas menores, as visitas acontecem bimestralmente. Conforme a necessidade, ou quando são convocadas pelas professoras, as reuniões acontecem imediatamente, para resolver assuntos pedagógicos, mudança em horário de funcionamento, entre outros.

Em 2013, foi implantado o Programa de Intervenção Pedagógica, que está em fase inicial, é formado por um grupo de três pedagogas, que pretendem fazer acompanhamento dos alunos com dificuldade de aprendizagem. O programa tem como principal objetivo fazer com que toda criança com até oito anos saiba ler e escrever.

### **3- CURRÍCULO**

Para Amaral (2011), a palavra *currículo* se origina do latim curriculum que significa “corrida”, sugerindo um percurso a ser seguido pelos alunos. A própria

escola tem autonomia para elaborar suas próprias diretrizes curriculares desde que esteja de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Nacionais. Segundo Lopes (2006), dependem da forma de organização e da estruturação curricular, do planejamento do currículo que engendram mecanismos de controle do trabalho docente e discente, para garantir a eficácia e a eficiência do sistema de ensino.

De modo geral, os professores das escolas multisseriadas do campo precisam ser criativos para lidar com determinadas situações, pois além de professor, exercem também outras funções, como evidencia Souza (2012):

Em torno de 50% das classes são multisseriadas nas escolas localizadas no campo e, em muitas delas, o professor acumula funções de coordenador pedagógico e gestor. Por conta disso, ele tem pouca oportunidade de participar de grupos de estudos e demais processos de formação continuada. (SOUZA, 2012, p.8)

Em se tratando dos estudantes do campo, a mesma autora destaca que vários fatores influenciam na distorção idade-série, como: distância de casa à escola; inexistência de escola; migração de um município para outro; repetência; calendário escolar em divergência com as necessidades de trabalho na agricultura, entre outros. É preciso que ocorram mudanças nos métodos de ensino e estabeleçam novas estratégias que assegurem os alunos mais tempo nas escolas.

A referida escola e a Secretaria Municipal de Educação adotam as diretrizes como modelo federal e estadual. No entanto, com o objetivo de defender a concepção de escola do campo com turmas multisseriadas, foram feitas algumas alterações, procurando atender a realidade da escola conforme a sua especificidade.

Neste contexto, foi adotada a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tendo como objetivos: melhorar a educação das escolas do campo com classes multisseriadas, fortalecer as propostas pedagógicas e metodológicas adequadas, realizar formação continuada para os professores e fornecer material pedagógico aos alunos. Todos os conteúdos dos livros são organizados em forma de trabalho interdisciplinar. As atividades estão relacionadas à convivência com a vida do campo, o professor também tem autonomia para desenvolver outras atividades. Eles foram capacitados para fazer uso do material didático utilizado, que é destinado

exclusivamente para alunos do campo e cada professor e cada aluno, recebe um kit de livros. As disciplinas são trabalhadas em forma interdisciplinar, com todos os conteúdos no mesmo volume. É uma forma de facilitar o trabalho do professor, no que diz respeito à classe multisseriada, sendo que alguns temas podem ser trabalhados com todos os alunos juntos, independente do ciclo.

Os principais temas transversais como meio ambiente, ética, saúde, pluralidade cultural são trabalhados de forma interdisciplinar. São desenvolvidos através de projetos e eventos relacionados a datas comemorativas como aniversário da cidade, festa junina, folclore, dia da criança, Natal e outros. A festa junina é aguardada a cada ano pelos alunos, na escolha das roupas, dos pares, das comidas e brincadeiras, sempre com a participação das famílias. Segundo as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu artigo 7º, parágrafo 2º estabelece que:

As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas, preservadas as finalidades de cada etapa da educação básica e da modalidade de ensino prevista, poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito à educação escolar e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. (BRASIL, 2002, p.2)

Com o desenvolvimento de projetos e aulas práticas, o aluno do campo se torna capaz de conviver em sociedade, respeitar a natureza, se adaptar às mudanças atuais, estar preparado para enfrentar os problemas sociais do mundo contemporâneo. A escola busca uma formação para a vida, muitos desses alunos, na realidade, não concluirão o Ensino Médio, sendo essa a única formação escolar recebida.

Finalizando, destacamos que mesmo havendo demanda, a escola não oferece educação em tempo integral, um dos motivos é a falta de recursos e cobrança dos mais interessados, que são as famílias. Por não haver demanda não existe também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Nesses dois aspectos, ainda não há previsão para implementação.

#### **4- TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Sendo a escola uma instituição, torna-se necessária a organização do tempo e espaços utilizados no cotidiano escolar. Para Cavaliere (2007) a organização do tempo é um elemento que simultaneamente reflete e constitui as formas organizacionais mais amplas de uma dada sociedade. Assim, destaca dentre os meios de organização do tempo social o tempo de escola, que tem sido um pilar para a organização da vida e da sociedade em geral.

O espaço escolar é o lugar apropriado para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem. Nesta escola, as professoras procuram desenvolver atividades em diversos espaços além da sala de aula, como aos arredores da escola, conhecido popularmente como “terreiro” onde acontecem as brincadeiras de roda, jogos de futebol e aulas de Educação Física, por não possuir espaço apropriado. No campo acontecem os passeios ao ar livre, que é usado para desenvolver projetos, estudos sobre a vida das plantas, dos animais e outros.

Na concepção de trabalho, o planejamento de ensino é essencial, considerado um guia na realização do trabalho docente, desde a escolha do material pedagógico, atividades propostas, tempo e espaços disponíveis e objetivos a serem alcançados. O planejamento se torna uma das atividades mais importantes do trabalho do professor, por direcionar metas a serem atingidas. Nesse aspecto, escola realiza o seu planejamento bimestral, juntamente com a pedagoga, e conseqüentemente os professores elaboram o seu plano de aula semanal ou diário, também com ações e metas a serem atingidas.

No âmbito da legislação, a LDB n. 9.394/96 possibilita que os gestores das escolas do campo definam calendário e processo pedagógicos próprios. Assim, a E. M. São Roque com a colaboração da Secretaria Municipal de Educação elabora o seu calendário escolar a cada ano. Ele é organizado em bimestres, composto dos eventos para o período escolar, como início e término do período letivo e ano escolar, período de matrícula, estudos orientados, período de atividades escolares, feriados, férias e recesso. O calendário da escola é organizado de forma diferenciada do calendário das escolas urbanas, finalizando o período escolar mais cedo, devido o período de chuvas.

As turmas funcionam no turno da manhã no horário de 07h00min às 11h15min. Cumprindo o estabelecido em lei, o estudante terá direito a um mínimo de 200 dias letivos e carga horária de 800 horas anual. A carga horária do professor é

de 25 horas semanais, sendo que 5 horas são destinadas a planejamento e reuniões. O recreio diário é de 15 minutos.

Com intuito de enfatizar o desenvolvimento integral dos educandos é oferecido o regime de ciclos, sendo organizados em Ciclo Inicial de Alfabetização e Ciclo Complementar de Alfabetização. Na referida escola, o atendimento se divide em duas turmas multisseriadas do 1º, 2º e 3º anos e do 4º e 5º anos. Para Freitas (2004) os ciclos se diferem da progressão continuada, pois propõem alterar os tempos e os espaços escolares de maneira mais global, procurando ter uma visão crítica das finalidades educacionais da escola.

## **5- PROCESSOS DE DECISÃO**

Para Gonçalves e Carmo (2001), tomada de decisão é um ato que exige firmeza ou coragem na resolução do problema, objetivando conquistar resultados positivos tanto pessoais quanto econômicos. Na Escola Municipal São Roque, o processo de escolha do diretor se dá através de indicação e por ser um número reduzido de alunos, não possui um diretor exclusivo e nem vice-diretor.

Sendo necessário atender várias escolas, o diretor atua na Secretaria Municipal de educação, assim, devido à sua ausência, muitas vezes os professores precisam tomar decisões imediatas, na escola. As decisões de ordem administrativa são tomadas, em sua maioria, pela Secretaria Municipal de Educação. As decisões financeiras são também tomadas pela secretaria citada e/ou prefeitura local, que são responsáveis pelos recursos adquiridos, diante do levantamento das necessidades da escola. Essas necessidades são levantadas pelo Colegiado e a compra de material permanente, pedagógico, reforma ou construção é realizada. Os problemas imediatos ou considerados pequenos o professor busca solucionar até que chegue ao conhecimento dos órgãos competentes.

As decisões de ordem pedagógica são analisadas e tomadas juntamente com o diretor, pedagogo, professores e se necessário, o colegiado que é formado por pais, profissionais da escola e da Secretaria Municipal de Educação. Souza (2010) apresenta a ideia de gestão democrática:

[...] o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto de ações voltadas a desenvolvimento da própria escola. (SOUZA, 2010, p. 1)

Para a democratização do sistema é fundamental a organização dos instrumentos como Conselho Escolar, Colegiado, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil e outros. Segundo Souza (s.d), o Conselho de escola é a organização que coordena a gestão escolar. É responsável pelo estudo e planejamento, debate e deliberação, acompanhamento, controle e avaliação das principais ações do dia a dia da escola, tanto no campo pedagógico, administrativo e financeiro.

A escola possui o mecanismo que faz parte da gestão democrática, que é representado pelo Colegiado que é um órgão representativo da comunidade escolar, com função deliberativa e consultiva nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa, financeira e de fundamental importância para a comunidade escolar.

Ele é presidido pela diretora da escola, formado por profissionais da escola em exercício e pais de alunos. Estes membros são escolhidos pela comunidade escolar por meio de eleições para um mandato de dois anos. As reuniões do Colegiado acontecem bimestralmente, com a comunidade escolar para organizar algum evento, resolver questões referentes à aprendizagem, mudança de horário e outros. Quando necessita tomar decisões imediatas o colegiado é convocado em reuniões extraordinárias. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no artigo 10º, estabelece que:

O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14º da LDB, garantirá a gestão democrática, constituindo mecanismos que possibilitem estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade. (BRASIL, 2002, p.2)

Gonçalves e Carmo (2001), afirmam que em uma gestão democrática todas as pessoas ligadas a escola podem se fazer representar e decidir sobre os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos. Em consonância, nesta escola, as



decisões são tomadas depois de discutidos os problemas, levando em consideração o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar, com o objetivo de buscar melhores soluções

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

Em qualquer ambiente de trabalho as funções são definidas de acordo com os papéis que cada um exerce, sendo de suma importância o que cada qual desempenha. Neste sentido, em uma escola também não é diferente, para cada ator escolar é definida uma função, que é aliada às outras funções, formando uma corrente.

Esta escola conta com duas turmas multisseriadas com dezoito alunos ao todo. A relação entre aluno-aluno, professor-aluno, é de muito respeito, o trabalho constante em grupos facilita esta troca de experiências, tornando-se indispensáveis. É nesse espaço que o professor observa seus alunos, suas conquistas e dificuldades. O ambiente de sala de aula é visto como um espaço de trabalho estimulante, acolhedor, organizado e alegre. As professoras que atuam na sala de aula são bem aceitas pelos alunos e comunidade, possuem um bom relacionamento entre si. Uma é moradora da comunidade, conhece os costumes e dificuldades das famílias, possui um bom relacionamento com todos. Uma servente escolar cuida com capricho da limpeza e preparação dos alimentos. Atuando de forma indireta na Secretaria Municipal de Educação, conta com diretora e pedagoga, que respectivamente são responsáveis pela área administrativa e pedagógica. Além disso, uma assistente de serviços escolares cuida das matrículas e históricos. Estes gestores possuem um bom relacionamento com a comunidade escolar e local.

Para Cury (2010) a elaboração das regras internas da escola deve incentivar as formas dialógicas como forma de superação de tensões e conflitos, esgotando-se todos os recursos pedagógicos antes de se aplicarem eventuais sanções disciplinares. Como em qualquer outra escola, a E M. São Roque, não está isenta de situações de conflitos, (entre aluno-aluno, professor-professor, professor-gestão), e problemas que surgem no dia a dia. Devido à ausência do gestor na escola, a maioria dos problemas são solucionados pelas professoras. Quando os problemas se referem ao planejamento, à metodologia de ensino, ao currículo, à indisciplina de

funcionários, ou outros problemas mais graves, estes são levados ao conhecimento do Colegiado Escolar ou direção. Para resolver situações de conflitos, a direção ou colegiado, convoca as pessoas envolvidas levando em consideração o(s) problema(s) em questão, que são discutidos em um clima de respeito, em busca da melhor solução. Japecanga (s.d) enfatiza que para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização dos seguintes elementos: a eliminação do autoritarismo centralizado, a diminuição da divisão de trabalho, a eliminação do binômio dirigente/dirigido e a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões.

Cury (2010), afirma que a escola não é, por natureza, local de violência. Deve ser o lugar onde os conflitos se resolvem pela palavra. Assim, é considerada tranquila as relações de trabalho nesta escola. Todos os envolvidos diretamente ou indiretamente na execução do processo de desenvolvimento das atividades na escola exercem suas funções comprometidos com as incumbências a eles confiados.

## **7- AVALIAÇÃO**

A avaliação da aprendizagem e institucional são elementos que fazem parte do processo de gestão democrática dentro da instituição. A primeira é considerada um acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem, em um processo contínuo, analisando os avanços e dificuldades dos alunos, sugerindo aos educadores da escola uma reflexão crítica sobre o seu trabalho desenvolvimento no cotidiano da escola. A segunda avalia o trabalho da escola como um todo, incluindo os aspectos mediadores do processo pedagógico.

Para Souza (2005), a avaliação da aprendizagem identifica em que medida os resultados alcançados até então estão próximos ou distantes dos objetivos propostos, e indica as razões desta proximidade ou distanciamento, permitindo um planejamento mais preciso. Para Souza (2010) a avaliação institucional permite a ampliação do controle social, quando a escola pensa sobre si, avalia o conjunto dos elementos e ações que o constituem, expõe a sociedade, permite que esta acompanhe e avalie o seu desempenho.

De acordo com o Regimento Escolar da E.M. São Roque, a avaliação do desempenho do aluno é contínua e cumulativa, utilizando exercícios e provas para identificar o desenvolvimento do aluno. Durante todo o ano, serão distribuídos cem pontos, para cada disciplina. No final de cada bimestre os pais ou responsáveis, são convocados a comparecer a escola para receber o boletim escolar, onde são registrados os conceitos em todas as áreas de conhecimento:

- A - (Excelente) alcançou com êxito os objetivos de estudo que corresponde 80% a 100% de aproveitamento.
- B - (Bom) alcançou satisfatoriamente os objetivos de estudo que corresponde 60% a 70% de aproveitamento.
- C - (Regular) alcançou parcialmente os objetivos de estudo que corresponde 0% a 50% de aproveitamento.

Os pais são orientados pelos professores ou supervisor pedagógico, sobre o desenvolvimento de aprendizagem do aluno. A aprendizagem de cada aluno é avaliada qualitativamente e quantitativamente, por meio de exercícios, provas e outros instrumentos, ao final de cada bimestre.

Para Souza (2010) a avaliação de aprendizagem adquire especial relevância, uma vez que não pode constituir-se unicamente em forma de verificação do que o aluno aprendeu. E acrescenta:

Estabelecer critérios mais, ou menos, rigorosos de avaliação não é tarefa difícil. Difícil é saber trabalhar com os resultados obtidos, de modo a constituir instrumentos de análise que permitam intervir no processo de ensino aprendizagem no momento mesmo que ele está ocorrendo. (SOUZA, 2010, p. 2)

A escola oferece o estudo de recuperação a todos os alunos, sempre que o educador notar deficiências no processo ensino aprendizagem. Se ao realizar o instrumento de avaliação proposto pelo educador, o aluno não conseguir atingir 60% (sessenta por cento) de aproveitamento, o educador oferecerá atividades diferenciadas sobre os conteúdos estudados anteriormente. Após este estudo, oferecerá outro instrumento de avaliação, distribuindo a mesma nota anterior, prevalecendo a maior nota atingida pelo aluno. Caberá ao professor lançar o aproveitamento do aluno no diário de classe, considerando aprovado ou recuperado na disciplina, o aluno que alcançar no mínimo 60% (sessenta por cento) de

aproveitamento e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

Além disso, as avaliações externas são utilizadas pela escola, que medem o desempenho dos alunos em algumas habilidades, já está bastante consolidada no Brasil e Minas Gerais. Aos alunos do 5º ano é aplicada a Prova Brasil. Os resultados das avaliações são divulgados a toda a sociedade, mas não há nota individual por aluno. O Programa de Avaliação da Alfabetização (PROALFA) é uma avaliação de Língua Portuguesa aplicada aos alunos do 2º, 3º e 4º ano dos anos iniciais, através de amostra ou do censo escolar. Com o objetivo de verificar os níveis de leitura e escrita dos alunos e a necessidade de intervenção pedagógica. Além de medir o desempenho escolar, o Sistema Nacional de Educação Básica (SAEB) coleta informações sobre as condições físicas da escola e equipamentos e as características dos alunos, professores e diretores.

Na escola acontece a avaliação institucional, ao final de cada semestre letivo, através de questionários elaborados pelo colegiado escolar com o auxílio da Secretaria Municipal de Educação que são aplicados aos pais, alunos e comunidade local. O principal objetivo é avaliar as ações desenvolvidas, o processo ensino aprendizagem, gestão democrática, condições físicas da escola, corpo docente e funcionários em geral. Os resultados da avaliação permitem à escola, corrigir as lacunas e aprimorar a educação oferecida pela escola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal São Roque, situada no campo, traz uma reflexão sobre as desigualdades sociais e os desafios que os educadores enfrentam para possibilitar aos alunos de classes multisseriadas do campo, uma educação mais igualitária e mais justa. Além disso, também enfrentam o desafio de preparar alunos para adaptar às mudanças atuais, decorridas das profundas transformações do mundo, e formar cidadãos conhecedores dos seus direitos e deveres.

O documento está baseado em artigos relacionados ao assunto, onde os autores refletem sobre a necessidade da construção e implementação do PPP nas escolas, como elemento importante que faz parte do processo de gestão

democrática dentro da instituição. Também foi analisado as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, instituída em 2002. Este documento foi considerado um avanço nas lutas por uma educação do campo igualitária e mais justa, mas ainda falta cumprir tudo que foi instituído em lei.

Neste contexto, a Escola Municipal São Roque, como tantas outras situadas no campo, necessitam de atendimento diferenciado, por atender grupos de alunos específicos. É preciso maiores recursos na formação de educadores do campo, para trabalhar com classes multisseriadas, que exigem do educador criatividade para lidar ao mesmo tempo com diversas situações de aprendizagem, com o mínimo de recursos físicos e didáticos oferecidos. Como também são necessários maiores investimentos em políticas públicas, para assegurar os agricultores familiares condições de se manterem no campo, diminuindo assim, o êxodo rural.

Para encerrar, destaca-se que este documento precisa ser lido, discutido, consultado por todos os profissionais de ensino, pelo colegiado e pais, sempre que for necessário. A sua reformulação poderá ser feita a qualquer momento, desde que esteja contribuindo para a garantia de uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Ana Lúcia (org); DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; COSTA, Tânia Margarida Lima. **Conhecimentos pedagógicos: currículo**. Belo Horizonte, UFMG, Faculdade de Educação, 2011.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em:< moodle3.mec.gov.br/ufmg.> Acesso em 24-02-2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB. Lei Darcy Ribeiro nº 9.394/96. Brasília – 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB n.1, de 3 de abril de 2002. Institui **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública.** Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>.> Acesso em 10-02-2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg).> Acesso em 24-02-2013.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** 2010. Disponível em:< [moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg). > Acesso em 24-02-2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em 28-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional: elementos para discussão.** Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em. 28-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em 25-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Território e Lugar: espaços da complexidade.** Disponível em: < <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.> Acesso em 25-02-2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa.** Século XXI, versão 3. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 2004 – 2005.

FREITAS, Luiz Carlos de. **CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espacos da escola?** GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: <[www.anped.org.br](http://www.anped.org.br).> Acesso em 15-02-2013.

GONÇALVES, Jussara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão escolar e o processo de tomada de decisão.** Disponível em: <<http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/>> Acesso em 01-03-2013

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública** . Disponível em: <<http://www2.marilia.unes.br/revistas/index.php/>> Acesso em 14-05-2013

LOPES, Alice Casimiro. **Discursos nas políticas de Currículo. Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, pp. 33-52, jul/dez 2006. Disponível em:< <http://www.org.curriculosemfrnteiros/vol6iss2articles/lopes.pdf>> Acesso em 20-02-2013.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.** 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em: 24-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços** - 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 14-02-2013.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto** - 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 01-03-2013.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 24-02-2013.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.) **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 24-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Níveis do planejamento educacional.** 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)> Acesso em 24-02-2013.

\_\_\_\_\_. **Avaliação institucional:** A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg).> Acesso em 02-03-2013

SOUZA, Maria Antônia, **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais.** Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul.-set. 2012  
Disponível em :<<http://www.cedes.unicamp.br>.> Acesso em 12-04-2013.